

**“NUM DIA COMUM DE HOJE”.  
TRANSFIGURAÇÕES ENTRE DISCURSOS DE  
REIVINDICAÇÃO DA DITADURA EM 1975 E EM  
2019**

**“NUM DIA COMUM DE HOJE”.  
TRANSFIGURATIONS BETWEEN CLAIMING  
SPEECHES ABOUT THE DICTATORSHIP IN 1975  
AND IN 2019**

Adrián Pablo Fanjul  
Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil

*Resumo:* Abordamos comparativamente duas peças audiovisuais produzidas, uma em 1975 e outra em 2019, para comemorar laudatoriamente o golpe militar de 1964 no Brasil. Trata-se de um estudo de caso enquadrado na análise materialista do discurso, e nosso objetivo é apontar deslocamentos na regularização de uma discursividade autoritária e militarista. A análise focaliza aspectos da filiação institucional dos filmes; a interlocução posta em cena; a narrativa repetida; a estabilização de alguns objetos de discurso; e, no caso do vídeo de 2019, uma fissura na sintaxe. Encontramos entre os dois vídeos nítidos efeitos de paráfrase, mas também anacronismos e diferenças relevantes que dizem respeito às formações imaginárias na interlocução, à construção das entidades em conflito e às modalidades de ênfase e refutação. A partir dos resultados, hipotetizamos o atravessamento atual da regularização de um discurso militarista e autoritário por traços específicos de movimentos recentes.

*Palavras-chave:* Discurso político; ditadura militar brasileira; governo Bolsonaro

*Abstract:* We have comparatively approached two audiovisual pieces produced, one in 1975 and the other in 2019, in order to gratefully praise the 1964 military coup in Brazil. It is a case study based on the materialistic discourse analysis, and our aim is to point out movements in the regularization an authoritarian and militaristic discursivity. The analysis focuses the institutional affiliation of the films; the interlocution at stake; the repeated narrative; the stabilization of some objects in discourse, and, as for the 2019 video, a syntax split. We have found clear paraphrastic effects between both videos, but also anachronism and relevant differences regarding the imaginary formation in the interlocution, the construction of the conflicting entities and the emphasis and refutation modes. According to the results, we have hypothesized the current permeability of a militarist authoritarian discursive regularization by specific means of recent movements.

---

*Keywords:* political discourse; Brazilian military dictatorship; Bolsonaro's government.

## **Introdução**

Em março de 2019, seu terceiro mês como presidente da República, Jair Bolsonaro pediu publicamente que as unidades militares comemorassem o aniversário do golpe de Estado que, em 31 de março de 1964, deu início a 21 anos de ditadura no Brasil. A declaração provocou protestos, polêmicas, idas e vindas institucionais e até resoluções judiciais. No próprio dia 31, o canal de WhatsApp do Serviço de Comunicação da Presidência (SECOM) transmitiu um breve vídeo que comemorava a data.

Ao assistir ao vídeo, diversos detalhes nos remeteram a outra produção audiovisual, esta da própria época da ditadura, que tínhamos especialmente presente devido a outros aspectos da nossa pesquisa sobre o período. Uma remissão que podemos caracterizar como “efeito de paráfrase”, noção que apresentaremos no item seguinte ao tratar sobre a regularização. Com efeito, vimos, entre esse vídeo e o documentário laudatório da ditadura denominado Brasil ontem, hoje, amanhã, produzido em 1975 e que faz parte do acervo do Arquivo Nacional, algumas semelhanças. Elas concentravam-se no tipo de interlocução posta em cena, com suas vozes e destinatários projetados; na articulação narrativa que, em cada uma das duas peças, apresenta o antes e o depois da ação militar, e em aspectos do repertório léxico. Juntamente com a percepção dessas proximidades, que pareciam fazer do vídeo de 2019 um “remake” abreviado daquela peça propagandística, notamos também diferenças que nos instigaram a realizar uma análise comparativa. Provocou-nos, também, a proposta de “fotogramas” na chamada desta Revista, já que nosso gesto de leitura foi “convocado por detalhes” e nos direcionou a indagar “a trama histórica funcionando”.

Assim, este artigo é configurado como um estudo de caso, cujo objetivo geral é descrever deslocamentos, nos modos de construir objetos de discurso e de articular vozes e lugares de saber, entre enunciados que podemos vincular a um mesmo espaço de regularização de um discurso autoritário. Dito de outro modo, refletir sobre o que vemos como uma “agitação nas filiações sócio-históricas de identificação” (PÊCHEUX [1983] 2002, p. 56) na deriva memorística desse discurso. Para tanto, a análise recairá sobre os aspectos que identificamos, no parágrafo anterior, como os que chamaram nossa atenção no jogo de semelhanças e diferenças entre ambos os filmes. Do documentário de 1975, muito mais extenso, selecionamos para análise

os trechos que faremos entrar em relação com o anúncio de 2019, que será abordado praticamente na sua totalidade.

Na primeira seção do artigo, apresentaremos algumas conceitualizações da análise materialista do discurso que serão mobilizadas. Na segunda, observaremos inconsistências informativas que marcam o contorno institucional da produção e divulgação de ambas as produções audiovisuais, em um caso como adulteração de seus créditos, no outro como sucessivas versões contrapostas acerca da sua proveniência empírica. Depois, abordaremos os tipos de interlocução representada. Na quarta parte, trataremos sobre a configuração narrativa que, com formulações diferentes, articula ambas as peças, e sobre a construção de alguns objetos de discurso como as “Forças Armadas” e o “povo”, apontando, no vídeo de 2019, uma tendência anacrônica. A última seção do artigo, antes das conclusões, analisará, no quadro desse anacronismo, o equívoco sintático que citamos no título, “Num dia comum de hoje”, que se encontra perto do final do vídeo recente.

Os dois materiais que analisamos foram, como explicaremos na segunda seção, produzidos em vinculação direta com setores governamentais das duas respectivas épocas, e para celebrar positivamente o golpe de 1964. Porém, além de estarem separados por mais de quarenta anos, têm inscrições genéricas e durações diferentes. Brasil ontem, hoje e amanhã, de 1975, é um documentário de propaganda com mais de 48 minutos e uma grande diversidade de materiais de arquivo jornalístico apresentados por uma voz em off. O vídeo de 2019, que não tem nome atribuído, dura menos de dois minutos e é gravado em um plano único. Para o primeiro, indicamos ao leitor a versão certificada pelo Arquivo Nacional<sup>1</sup>, e não transcrevemos sua totalidade porque excederia largamente os limites de espaço para artigos. O segundo não foi guardado em espaços oficiais, e pode ser visto em diversos canais de Youtube<sup>2</sup>. Como seu texto é breve, foi transcrito no Anexo.

Esclarecemos também que empregaremos a fonte **negrito** nos trechos verbais transcritos dos filmes com a função de grifar o segmento sobre o qual recai algum aspecto da nossa argumentação imediatamente precedente ou subsequente ao trecho. Diferentemente, usaremos a fonte *itálico* para destacar, na nossa escrita, alguma categorização proposta como valor

<sup>1</sup>Disponível em: <[http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do? InstanceIdentifier=0& EntityIdentifier=cgiVuE6vJFgLg\\_qtI93rQ5JfVTF47BciOEI3iFksCEEJU.&idRepositorio=0](http://www.zappiens.br/portal/VisualizarVideo.do? InstanceIdentifier=0& EntityIdentifier=cgiVuE6vJFgLg_qtI93rQ5JfVTF47BciOEI3iFksCEEJU.&idRepositorio=0)>. Acesso em 22 jun. 2019.

<sup>2</sup>Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uP9Z5dqmHF0>>. Acesso em 22 jun. 2019.

---

resultante da análise.

## 1. Alguns prolegômenos teóricos

Inscrevemos nossa perspectiva na análise materialista do discurso e, dentro do acervo teórico e metodológico desta corrente, interessa-nos situar o alcance que daremos a alguns conceitos de especial importância para o que desenvolveremos neste artigo.

Primeiramente, o interdiscurso, que entenderemos como uma ordem sustentada no funcionamento de pré-construídos e de remissões entre enunciados em um espaço de memória (PÊCHEUX, [1982] 2011). Quando especificada como discursiva, a memória é a possibilidade “de remissões, de retomadas, de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52) que configuram um processo de regularização, um “efeito de série” (PÊCHEUX, [1983] 2007, p. 52) que pareceria tender à repetição. Na memória discursiva existe, para Pêcheux, um jogo de força que visa manter essa regularização e absorver acontecimentos discursivos novos, mas também a possibilidade de uma “desregulação”. Neste artigo, tentaremos mostrar que, no quadro da regularização de um espaço de memória discursiva militarista e autoritário no Brasil, o vídeo de 2019 deixa ver, sob a repetição, elementos novos que relacionaremos a determinações sócio-históricas.

Cremos que uma análise de apenas dois textos, ambos de caráter propagandístico, não é suficiente para propor e descrever uma formação discursiva do autoritarismo militarista no Brasil, mas esse tipo de condensação de regularidades está no nosso horizonte devido a vários procedimentos analíticos e interpretativos que seguiremos. A análise materialista adotou a noção foucaultiana<sup>3</sup> de “formação discursiva” como espaços de regularidade, ligados a uma formação ideológica, que determinariam “o que pode e deve ser dito” a partir de um posicionamento em uma conjuntura dada (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 10-11). Aprofundando a relação entre essa categoria e a problemática do sujeito no discurso, Courtine ([1981] 2009) propõe que, na formação discursiva, acontece uma estabilização referencial dos objetos de discurso como evidências para um “sujeito de saber”, que é precisamente o sujeito “universal” dessa formação (COURTINE, [1981] 2009, p. 100-101). Neste trabalho, postularemos alguns saberes próprios do processo de regularização de um discurso autoritário no Brasil, e também dialogaremos, em determinado ponto, com o trabalho de Indursky (1995),

---

<sup>3</sup> Formulada em Foucault (1969).

que estudou, de modo abrangente, o discurso de algumas instâncias institucionais da ditadura militar.

Outros dois conceitos deste campo teórico, o de “formações imaginárias” e o de “silenciamento”, serão apresentados, para maior clareza expositiva, no decorrer das análises.

## **2. Apagamentos e “acidentes” institucionais**

O documentário de propaganda Brasil ontem, hoje e amanhã foi produzido em 1975 pela Agência Nacional, órgão que, na época, era subordinado ao Ministério da Justiça, e que, depois de sucessivas reformulações da estrutura estatal, foi absorvido pela Radiobrás, substituída em 2007 pela atual Empresa Brasil de Comunicação. O filme é conservado pelo Arquivo Nacional e é acessível no portal Zappiens.br. Na descrição constante no Zappiens, é registrada a informação de que seria um “programa Amaral Netto Especial”, e, efetivamente, foi exibido em 1975 no programa “Amaral Netto, o Repórter”, da TV Globo.

Se não há maiores dúvidas relativas à produção e à veiculação do documentário, existe sim uma importante lacuna que afeta sua identidade como objeto de arquivo e de memória histórica. Para abordá-la, recorreremos a informações de duas pesquisadoras que já trataram sobre esse documentário, Krause (2016) e Pizzutiello (2017), respectivamente nas áreas de História e de Análise do Discurso. Ambas concordam em que Brasil ontem, hoje, amanhã foi exibido pela Rede Globo e que a locução é de Cid Moreira, famosíssimo âncora do Jornal Nacional até a década de 1990. Krause inclusive informa que o presidente do que naquele tempo se denominava Banco do Estado de São Paulo, Murilo Macedo, teria entregue o filme ao Exército em ocasião de uma comemoração oficial dessa força (KRAUSE, 2016). Porém, Pizzutiello chama a atenção para um forte indício de adulteração nos créditos da única versão conservada:

O documentário, filmado inteiramente em preto e branco, tem um corte abrupto no final e, na hora de apresentar a ficha técnica, a música muda, a imagem fica colorida e aparecem os créditos e a ficha do que, ao que tudo indica, é um outro filme. Constam nos créditos textos que não estão no documentário, que seriam citações de Fernando Sabino, Antônio Silva Alvarenga e Carlos Drummond de Andrade, lidas pelo ator Rubens de Falco. Também estão os nomes do diretor de fotografia André Palluch, de Nilton Valério como narrador, e de Olívio Tavares de Araújo como diretor e

---

roteirista. (PIZZUTIELLO, 2017, p. 29)

Com efeito, o corte e a abrupta passagem são facilmente percebidos ao assistir ao vídeo, e essas imagens coloridas dos créditos parecem pertencer a algum filme sobre arte sacra<sup>4</sup>. Pizzutiello documenta as tentativas que fez com a Rede Globo buscando informação sobre essa possível adulteração e obtendo, da Equipe de Conteúdo da emissora, apenas uma resposta de que o filme não está incluído no seu acervo. O Arquivo Nacional, por sua parte, respondeu que a cópia que guarda é a mesma que está no site Zappiens.br, que assim chegou do acervo da ex-Agência Nacional e que não conta com mais informação sobre sua produção e conservação (PIZZUTIELLO, 2017).

Por sua parte, o vídeo comemorativo feito em 2019 foi cercado, de início, por dúvidas e contradições sobre sua própria produção e circulação inaugural. Apesar de ter sido postado pelo Planalto, foi, durante três semanas, objeto de afirmações e desmentidas sobre como foi realizado e quem decidiu sua circulação. Inicialmente, no próprio 31 de março, a Secretaria de Comunicação da Presidência (SECOM) confirmou que a peça audiovisual tinha sido divulgada pelo canal oficial no WhatsApp, mas que não comentaria o caso. Um dos primeiros procurados pela mídia foi o ator que aparecia falando no vídeo, Paulo Amaral, quem disse ter sido contratado para “fazer um comercial”, sem saber onde seria veiculado<sup>5</sup>. No mesmo dia, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, atribuiu a ordem de divulgação ao presidente Jair Bolsonaro, que se encontrava em Israel. Porém, no dia seguinte, 2 de abril, Mourão voltou atrás e afirmou que Bolsonaro não sabia da divulgação do vídeo: “em tese, deveria saber. Já sei que ele não sabia”<sup>6</sup>. Ainda no dia 2 de abril, um empresário, Omar Stabile, admitiu ter produzido o vídeo, mas afirmou que não estava destinado ao Planalto e que não sabia como o material tinha chegado até o governo federal<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Araújo, o diretor mencionado nos créditos, efetivamente realizou documentários sobre arte (PIZZUTIELLO, 2017).

<sup>5</sup> *El País*, edição Brasil, 2/4/2019, disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/01/politica/1554151562\\_942843.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/01/politica/1554151562_942843.html)>. Acesso em 22 jun. 2019.

<sup>6</sup> *O Estado de São Paulo*, 2/4/2019, disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-volta-atras-e-diz-que-bolsonaro-nao-sabia-de-video-em-defesa-do-golpe,70002777215>>. Acesso em 22 maio 2019.

<sup>7</sup> *O Estado de São Paulo*, 2/4/2019, disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,empresario-assume-autoria-de-video-em-defesa-do-golpe-divulgado-pelo-planalto,70002776792>>. Acesso em 22 maio 2019.

Finalmente, duas semanas depois, o então ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz, atribuiu o disparo do vídeo a um erro de procedimento interno da SECOM. Um funcionário teria recebido e repassado o material ao colega encarregado das postagens no canal de WhatsApp da Secretaria. “Este, por sua vez, teria entendido que o vídeo era uma peça oficial e, então, publicou na rede oficial.”<sup>8</sup>

Parece-nos importante começar este trabalho por esses “acidentes” que marcam o contorno das duas peças discursivas, porque nos parecem relacionados a um conflito no dizer. Apesar de o Brasil ser o país da América do Sul onde o ciclo de ditaduras das décadas de 1960 e 1970 menos foi objeto de políticas públicas de reparação e justiça, a regularização discursiva autoritária onde esses audiovisuais ganham sentido não deixa de ser atravessada pelo que denominaremos como um saber de conspiração, que deixa marcas materiais. Não temos acesso a disputas e motivações de indivíduos que resultaram na postagem do vídeo de 2019 na rede social oficial e nas suas posteriores desmentidas e apagamentos. Menos acesso temos, ainda, ao ato furtivo de adulteração do documentário de 75 no acervo da ex-Agência Nacional, ou no caminho que ele seguiu depois da extinção deste Órgão. Porém, essas mutilações (da película, da responsabilidade factual de uma postagem) significam por si: alguma coisa ainda precisa parecer “clandestina” ao reivindicar o regime militar (o vídeo de 2019 sequer tem créditos). Cremos que, no plano das formações imaginárias, concebidas como imagens que os interlocutores fazem uns dos outros, determinadas pelos lugares que ocupam na formação social (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 79-87), essa saliência de anonimato não constrói uma antecipação de punibilidade legal, como poderia ser em um país onde houve condenações jurídicas contra membros desses regimes, mas a antecipação imaginária de uma potencialidade não visível e sempre à espreita.

Esse saber de conspiração que propomos se vincula contraditoriamente, na regularização da memória discursiva no espaço mais amplo da sociedade brasileira, àquilo que Orlandi ([1998] 2010, p. 66) caracterizava como uma in-significação ou de-significação do terrorismo de Estado no Brasil. Por não ter havido, sobre os fatos da tortura e do desaparecimento, um trabalho de significação política, esse terrorismo “não está nem esquecido nem foi

---

<sup>8</sup> *O Estado de São Paulo*, 16/4/2019, disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,santos-cruz-assume-responsabilidade-por-divulgacao-de-video-pro-ditadura,70002793946>>. Acesso em 22 maio 2019. Santos Cruz foi demitido pelo presidente devido a divergências sobre a política de comunicação, logo nos dias em que encerramos a escrita deste artigo.

trabalhado, metaforizado, transferido”. Ou, como agudamente observa Ab Sáber (2010, p. 189), o desejo de justiça e reparação “é um significante virtual que não se realiza como força social real”. Porém, essas faltas não são a mesma coisa que uma comemoração eufórica: antes bem, a de-significação parece garantida, dentre outros fatores, também pela não rememoração pública da ditadura. Cabe trazer esta síntese de Marcos Napolitano sobre a duplicidade assumida a respeito pelas próprias Forças Armadas:

As autoridades militares atuais preferem o silêncio público oficial, ainda que os manuais escolares de formação militar sejam pautados por visões positivas do golpe e do regime. O Museu do Exército, no Forte de Copacabana, tem apenas uma discreta sala destinada a “presidentes militares do Brasil” com foto, dados biográficos e currículo administrativo dos mandatários, mas silêncio sobre o período em que as Forças Armadas estiveram no comando do Estado (NAPOLITANO, 2015, p. 26).

Por isso, mesmo sob um governo como o de Bolsonaro, que não oculta sua simpatia pelo regime militar, o conjunto das declarações presidenciais em março de 2019 sobre a necessidade de festejar o aniversário do golpe de 1964 foi mal recebido, inclusive, entre as Forças Armadas<sup>9</sup>. De fato, a tentativa de comemoração deu lugar a uma onda de posicionamentos de dirigentes políticos e de editoriais da grande mídia que costumam evitar o assunto, argumentando sobre a necessidade de “deixar o passado para trás e olhar para o futuro”, fórmula habitualmente direcionada contra propostas de justiça e de reparação.

### 3. A interlocução em cena nas duas peças audiovisuais

Como antecipamos na Introdução, o filme de 1975 é muito mais longo do que o vídeo de 2019. Inversamente, neste vídeo há duas vezes identificadas no nível da performance sonora e, no antigo documentário, apenas a voz em off do âncora Cid Moreira.

---

<sup>9</sup> Embora não houvesse uma manifestação explícita desse mal-estar, uma reportagem da *Folha de São Paulo* de 31 de março traz dados que permitem deduzi-lo. Nenhum dos 50 militares integrantes do governo Bolsonaro que foram procurados pela reportagem quis falar da data. O comando do Exército deu uma resposta que evitava o tom avaliativo, e tanto a Marinha quanto a Aeronáutica se limitaram a pedir ao jornalismo que, para “questionamentos de cunho político”, fosse procurado o Ministério da Defesa. *Folha de São Paulo*, 31/3/2019, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/para-exercito-golpe-de-1964-deve-ser-mais-bem-compreendido.shtml>>. Acesso em 12 jun. 2019.



Neste último, apesar de haver uma única voz de intérprete, a diversidade de inflexões e de modalidades de enunciação socialmente vinculáveis é bem maior. O material propicia tal multiplicidade, já que o texto, em contraponto com imagens que variam muitíssimo (trechos de telejornais, fotografias de páginas de mídia impressa, gráficos explicativos), passa da interpelação a um ouvinte apresentado como próximo para a descrição de situações de referência cronológica diversa, dados macroeconômicos comparativos e anúncio de obras planejadas.

A respeito dessa polifonia, Pizzutiello (2017, p. 95-96), adotando, na sua análise, a categoria de “locutor-x” de Guimarães (2005) como lugares de dizer socialmente determinados, identifica, no documentário propagandístico de 1975, duas inflexões como desdobramentos do lugar de saber e de autoridade em que o locutor se apresenta. A autora diferencia, de um lado, o tom de alguém que orienta, que oferece assistência sem sair do seu lugar de autoridade, e, por outra parte, sequências em que o dizer se orienta para o de um “especialista” que apresenta dados e perspectivas futuras para a economia brasileira.

Diferentemente, no anúncio de 2019, não há qualquer ressonância de uma voz de “especialista”, só um direcionamento emotivo constante e crescente. Porém, o ponto de partida no fio do discurso é algo que as duas peças têm em comum: o direcionamento explícito a um “você”, traço que, em ambas, não é apenas o eixo organizador da interlocução mostrada, como também da temporalidade, porque esse “você” é cominado a rememorar ou a corroborar um passado.

O que “você” precisa evocar, nos dois filmes, é o tempo anterior ao golpe, que no antigo documentário corresponde ao “Brasil ontem” aludido no título. O momento histórico, apresentado como caótico, com o país à beira de uma catástrofe, seria o que “exigiu” a intervenção das forças armadas, e a narração em dois atos, um como consequência inexorável do outro, estrutura tanto o vídeo de 2019 quanto a primeira parte do filme de 1975. Neste, a primeira ocorrência da forma “você” pode parecer de referência não específica (grifado no trecho 1 a seguir), mas vai ganhando especificidade na medida em que é identificado como interlocutor (trecho 2):

(1) Foi há muito pouco tempo, há apenas 11 anos, e o Brasil sofria uma de suas piores crises: greves sobre greves, ameaça de guerra civil, caos quase incontrolável, deterioração econômica e financeira, indisciplina invadindo os quartéis, inflação galopante, forçando para o alto praticamente cada semana os preços de tudo. Foram momentos terríveis. Naquela época, **você**

podia ler a manchete de que era pedida a falência do Banco do Brasil (*Brasil ontem...*, minuto 2:47, grifo nosso).

(2) Foram tempos difíceis. Você se lembra? Você, chefe de família. Você que não era criança há 11 anos atrás. Vocês que viveram aquele tempo. Vocês se lembram? (*Idem*, minuto 4:31).

De fato, a interrogação “Você se lembra?”, que aparece pela primeira vez no trecho citado, é reiterada como fórmula organizadora ao longo de toda a primeira parte do documentário. O “pai de família”, aquele que “não era criança há 11 anos atrás” precisava fazer um esforço por lembrar, já que o filme apresentava o passado de “angústias” como unimaginável a partir da prosperidade do “Brasil hoje”. Pela sua parte, o curto vídeo comemorativo de 2019, quando invoca a lembrança, não o faz na forma de pergunta. Apesar de a distância temporal ser muito maior, ele apresenta esse passado, já nas palavras iniciais, como coisa “sabida”:

(3) Se você tem a mesma idade que eu, pouco mais, pouco menos, **sabe** que houve um tempo em que nosso céu de repente não tinha mais estrelas que outros, nem nossa vida e nossos campos e bosques mais flores e amores (Vídeo de 2019, grifo nosso).

O passado catastrófico e temido seria algo que toda pessoa de certa idade “conhece”, como são sabidos os trechos do Hino Nacional Brasileiro parafraseados como sua antítese<sup>10</sup>. E no caso de “você” ser jovem demais para saber, “já deve ter ouvido isso dos seus pais” (ver transcrição no Anexo). No entanto, existe uma diferença importante com o lugar de saber ocupado pelo enunciador em Brasil ontem, hoje, amanhã. Aqui, esse saber precisa contestar vozes que o refutariam; vozes não referidas, mas aludidas pelo funcionamento do interdiscurso, como tentamos representar a seguir a partir de “quer ter certeza” e da construção focal “era, sim”, no trecho imediatamente seguinte do vídeo:

“Você... quer ter certeza de que isso é verdade ... Você vai ver: era, sim, um tempo de medo e ameaças...”

é sustentado por:

*É verdade (p = “isso”) e é falso (não p), portanto, “você vai ver”*

que, por sua vez, precisa de:

<sup>10</sup> Na letra do Hino: “Do que a terra mais garrida / teus risonhos lindos campos têm mais flores / Nossos bosques têm mais vida / Nossa vida no teu seio mais amores.”

(*não p*)

como elemento de um domínio de saber antagônico ao daquele em que a sequência se inscreve<sup>11</sup>.

Esse exercício polêmico contra algo que não se especifica, reforçado pelas duas negações na parte final da fala do ator, “Não há como negar” e “Não dá para mudar a história”, não se percebe no documentário produzido nos tempos da ditadura. Nele, os únicos obstáculos entre o interlocutor e a “verdade” são o tempo e a possibilidade de esquecimento, objetos principais das concessões retóricas a outras vozes, como neste caso, quase imediatamente posterior ao trecho (1) já transcrito: “Os jovens de hoje, **é certo**, não se lembram disso, eram crianças naquele tempo, tempo de incertezas” (grifo nosso).

Assim, na apelação para recordar o que teria ocasionado a “necessidade” da intervenção militar, cada um dos dois filmes mostra, apesar da sua semelhança no esquema narrativo, diferenças na sua linha dialógica. Em 1975, a situação da ditadura militar já não era a mais confortável<sup>12</sup>, e era oportuno que, em um programa de grande audiência, a voz enunciativa fizesse esse duplo movimento de “rememorar” e, simultaneamente, enfatizar os “progressos” obtidos sob o regime. Diferentemente, no vídeo de 2019, a inflexão polêmica ganha a forma que acabamos de descrever: uma refutação compacta e reiterada contra antagonistas invisibilizados pela não marcação no intradiscursos. Com efeito, não há sequer um genérico “diz-se”, apenas o seco realce de “sim” e “não”, porque o empreendimento supõe um verdadeiro esforço na direção que, nos estudos de História, é avaliada como negacionismo<sup>13</sup>. Previsível, porque se trata de parafrasear a mesma narrativa depois de quatro décadas de construção de conhecimento e de profusa documentação sobre a ditadura, cujo efeito não se limitou ao âmbito da historiografia, mas deu lugar a uma construção de memória que, com fraquezas e contradições, ainda é predominantemente disfórica em

<sup>11</sup> Levamos em conta aqui as propostas de Courtine ([1981] 2009) sobre o funcionamento das construções focalizadoras na refutação

<sup>12</sup> A crise internacional do petróleo no final de 1973, o deterioramento das relações com a Igreja Católica por causa das denúncias de tortura, e os resultados desfavoráveis para o governo nas eleições legislativas de 1974 são três aspectos desse cenário que começava a mudar (FAUSTO, 2002).

<sup>13</sup> Adotamos aqui a caracterização de “negacionismo” proposta pelo historiador Marcos Napolitano, quando entrevistado pela jornalista Regiane Oliveira (2019): “um tipo de afirmação histórica que não tem base documental, que distorce o processo factual, ou que simplesmente trabalha com documentos falsos, com o objetivo de negar processos que são consensuais”.

amplios setores da sociedade (NAPOLITANO, 2015). Assim, por mais força que o negacionismo possa ter obtido nos últimos anos<sup>14</sup>, sua enunciação em uma tentativa de inscrição institucional “oficial” é ainda capturada pela necessidade de ter a refutação como seu modo de dizer mais saliente.

Também das vozes, mas, no caso, como performance sonora, surge, no vídeo de 2019, um detalhe que coaduna o negacionismo com o saber de conspiração que postulamos no item anterior. Perto do final, quando o ator conclui sua fala e a música desaparece, sobre um fundo de silêncio e apenas com a imagem da bandeira nacional, outra voz, em off e muito mais impostada, pronuncia “O Exército não quer palmas nem homenagens. O Exército apenas cumpriu o seu papel”, terminando o vídeo justo nesse momento. A inexistência de qualquer crédito final e a formulação daquilo que o Exército “quer” abrem caminho para a leitura de que o vídeo poderia ser porta-voz da palavra “oficial” dessa força, configurando-se algo que beira a tentativa de burla institucional, um quase “fake” enunciativo. De fato, independente de que possa haver militares envolvidos na produção e circulação do vídeo, nem o Exército nem qualquer outras das Forças Armadas o reproduziu nas suas redes oficiais nem o comentou.

#### **4. A narrativa retomada nos filmes; seus personagens e cenários**

Como antecipamos no item anterior, há, em ambos os textos fílmicos, um esquema narrativo que se reitera: uma situação de caos e de decomposição crescente, diante da qual a intervenção militar aparece como inexorável, exigida pelas circunstâncias e por setores diversos. Observaremos aqui as semelhanças e diferenças na textualização dessa narrativa e na construção discursiva de alguns dos seus objetos e personagens, porque nesse processo também se percebem as marcas do real histórico e das novas formas de uma regularização discursiva autoritária e militarista. Comparemos o “ponto de inflexão” no documentário de 1975 (trecho 4) com o do vídeo de 2019 (trecho 5)

(4) Foi no último instante, quase no momento derradeiro, e quando o país estava à beira da guerra civil, quase em pleno caos; alguma coisa aconteceu. Era impossível continuar suportando tantos desmandos, tanta incompetência, tamanha anarquia. E o clamor de vozes conscientes encontrou eco em soluções inadiáveis, e as Forças Armadas, elas próprias mais do que ameaçadas foram chamadas, praticamente intimadas a cumprir

---

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, a já mencionada reportagem de Oliveira (2019).

a missão que o momento lhes impunha, restabelecendo a ordem e livrando o país dos trapos vermelhos que ameaçavam sufocá-lo (*Brasil ontem...*, minuto 9:02).

(5) Foi aí que, conclamado por jornais, rádios, tevês, e principalmente pelo povo na rua -povo de verdade: pais, mães, igreja- que o Brasil lembrou que possuía um exército nacional, e apelou a ele. Foi só aí que a escuridão, graças a Deus foi passando, passando, e fez-se a luz (Vídeo de 2019).

Surpreende a emergência de um mesmo tipo de marcação temporal (“Foi no último instante...” / “Foi aí que...”), que sobrepõe, mediante uma clivagem, o ápice da crise com a chegada da resolução, aproximando-se de gêneros de ficção narrativa, bem como reforçando sentidos de inexorabilidade. E o introduzido a partir dali concentra diversos caminhos de comparação, que expandiremos, por momentos, a outros trechos dos filmes. Começaremos por quem é conclamado e quem conclama.

É notável que, no filme produzido durante a ditadura, quem chega “em auxílio” do país são “as Forças Armadas”, e, no de 2019, apenas o Exército. As outras forças não são mencionadas em nenhum momento, enquanto o Exército, como pode apreciar-se na transcrição completa no Anexo, aparece cinco vezes. Já no documentário de 1975 nenhuma das três Forças Armadas era mencionada em particular, somente as três como um todo no excerto citado no trecho (4). A explicação pode parecer óbvia, já que somente membros do Exército participam atualmente do governo Bolsonaro. É previsível, então, que a elaboração de peças propagandísticas de um discurso militarista conte hoje com mais grupos próximos dessa força. No entanto, é também sinal de uma articulação política muito diferente do golpe de 64 e, para o que aqui interessa, é uma significativa marca de como o sócio-histórico afeta essa discursividade. Não se trata apenas da emergência de um nome e não de outros: toda a construção de objeto articulada por essa denominação abre caminhos, como veremos a seguir, para filiações interdiscursivas mais “de hoje” do que “de ontem”.

Imediatamente depois de “o Brasil lembrou que possuía um exército nacional, e apelou a ele”; a imagem vira de preto e branco para colorida, começa a aparecer, em vez do fundo preto, a bandeira nacional, e o som deixa de ser uma música taciturna para dar lugar ao início instrumental do Hino Nacional. Durante a transformação visual e sonora, o intérprete profere: “Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz”. Assim, a resolução é mostrada com a instantaneidade e as

propriedades de um milagre, enquanto o tópico religioso da criação ressoa em “fêz-se a luz”. Não aparece, no caso, nenhuma formulação relacionável à vida institucional, sempre presente nos discursos de justificação da ditadura brasileira, como a que vemos em ponto análogo do documentário de 1975, no trecho (4), que já transcrevemos: “reestabelecendo a ordem”. Em lugar disso, encontramos uma figuração de imagem, som e linguagem verbal que apresenta claras marcas vinculáveis aos avanços do fundamentalismo religioso na atual política brasileira e, em especial, na heterogênea base que levou Jair Bolsonaro ao poder (GOLDSTEIN, 2018; CARBONELLI, 2018).

A própria identidade e função do Exército na cena narrada é, até certo ponto, afetada por essas ressonâncias religiosas. Por uma parte, temos a duplicação continuada da fórmula “O Exército nos salvou”. A construção discursiva das Forças Armadas como “salvadores da pátria” está presente nos discursos de autojustificativa de todas as ditaduras latino-americanas das décadas de 1960 e 1970 (CHIRIO, 2012) e resulta perceptível também no documentário de 1975. Porém, no vídeo de 2019, os sentidos de messianismo se acentuam pela reiteração insistente, e também porque essa reiteração não está acompanhada por quase nada mais. Por outra parte, ao se enunciar que o Brasil “lembrou que possuía um exército nacional e apelou a ele” e que “foi só aí” que chegou a luz, o Exército aparece como antes esquecido e sua irrupção remete, pela potencialidade quase milagrosa de reverter o quadro, mais a exércitos de tradições legendárias do que a uma institucionalidade contemporânea. Finalmente, na sua relação com o real histórico, essa cena de apelo a algo esquecido é revelada como anacronismo, já que de maneira nenhuma, no período prévio a 64, as Forças Armadas estavam fora da cena política brasileira; pelo contrário, sua participação era intensa<sup>15</sup>, não havia como não serem “lembradas”.

Cremos que as diferentes ausências que estamos percebendo (das Forças Armadas, da sua incidência sobre a vida institucional, que sequer aparece construída por inflexões de um saber autoritário) podem ser pensadas a partir do que Orlandi (2007, p. 24) considera uma “política do silêncio”. Diferente do “silêncio fundador”, que produz as condições para significar e é função da relação entre língua e ideologia, trata-se de “uma declinação política da significação”, dimensão do silenciamento no intradiscurso, dada pelo fato de que dizer algo implica necessariamente não dizer outra coisa. Dentro das formas de política do silêncio, a autora distingue entre a censura

<sup>15</sup> Para um panorama geral sobre a presença constante e explícita das Forças Armadas na política antes de 1964, remetemos a Fausto (2002).

como interdição proibitiva (“silêncio local”) e o que cremos corresponder ao tipo de falta que estamos explicando, o “silêncio constitutivo”:

Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiímplicito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” região de sentidos (ORLANDI, 2007, p.73).

Cremos que o silenciamento da implantação institucional das Forças Armadas coaduna com uma construção imaginária de 64 em que as relações políticas são substituídas por um quase milagre. Para compreender melhor essa relação, consideremos que o único período histórico do Brasil independente em que encontramos uma escassa visibilidade das Forças Armadas na política é o regime democrático aberto pela Constituição de 1988. E sua visibilidade retorna precisamente com a crise (ou colapso) da institucionalidade democrática, sobretudo depois do impeachment de Dilma Rousseff. Em 2017, diversas figuras do Exército dão depoimentos públicos, alguns deles considerados como intervencionistas e, em abril de 2018, militares se manifestam em relação à possibilidade de habeas corpus para o ex-presidente Lula da Silva (PINTO, 2019). Isto é, o mesmo processo de crise que vai levar a uma eleição de Bolsonaro para a presidência é o que corresponde a uma recuperação dessa presença pública dos militares. Assim, a figuração do exército esquecido, que vemos no vídeo para-oficial de 2019, parece ser funcional, mais do que a uma rememoração do golpe de 1964, a uma projeção, sobre um passado que é pura data esvaziada, do que poderia ser um relato fundador, não formulado, das novas direitas que saíram para as ruas na presente década e se entrelaçam, com graus desiguais de adesão, na base “bolsonarista” (BRUM, 2019; GOLDSTEIN, 2018). E esse não é o único elemento que aponta para o anacronismo, como perceberemos a seguir, ao observar quem é, em cada filme, a personagem que “conclama” pela solução militar.

No documentário de 1975, como mostramos no trecho (4), é mencionado um “clamor de vozes conscientes” pelo qual as Forças Armadas foram “praticamente intimadas” a ocupar o poder. No vídeo recente, a conclamação proveio de “jornais, rádios, tevês, e principalmente pelo povo na rua (povo de verdade: pais, mães, igreja)”. Vários detalhes merecem atenção, aqui, e observá-los comparativamente fará com que voltemos sobre o problema da interlocução representada em ambos os audiovisuais.

Se observarmos a construção da entidade “o povo” ou “nosso povo” no documentário de 1975, entenderemos por que ela não poderia ter menção de destaque nesse clímax “derradeiro”, em que o clamor é de “vozes conscientes”. As menções ao povo na extensa locução do intérprete, tanto para fazer referência ao país de “ontem” como aos de “hoje” ou “amanhã”, constroem uma entidade principalmente passiva e diminuída, sem qualquer autonomia. Dialogando aqui com um trabalho pioneiro de Indursky (1995), que analisou diversas maneiras de representar o “povo” em alocações públicas dos presidentes do regime militar, diremos que predominam, no documentário, as modalidades que a pesquisadora denominou como “Povo 2” e “Povo 5”. O 2 era o povo trabalhador e sacrificado, representado como aquele que “nada sabe” e deve ser protegido, em uma polaridade com o enunciador detentor de saber. E o 5 correspondia ao povo como massa de manobra de aproveitadores<sup>16</sup>.

O povo sacrificado e despossuído de saber se percebe na parte do documentário correspondente ao “Brasil hoje”, quando, junto com progressos em indicadores macroeconômicos, é reconhecido que uma parte do país vive em condições muito precárias. Tal parte paciente e sofrida da população é separada, pelas marcas de pessoa, de um “nós” em que a voz enunciativa parece se unir com o “você” interrogado no início do filme (“você se lembra?”). Esse “nós” coaduna o portador de saber com seus interlocutores privilegiados, que podem compreender mais do que o povo sofrido. A distribuição é visível nestes trechos (6 e 7), ouvidos enquanto a imagem passa por favelas e outras moradias pobres:

(6) Com tudo que mostramos **a vocês** até agora, não dissemos nunca que o Brasil é um paraíso; temos muito que corrigir e assumimos essa verdade, com a consciência de quem sabe como são graves os problemas. O que se fez nestes 11 anos responde pelo que se pode fazer daqui por diante, por **brasileiros como estes**, que vivem nesse tipo de habitação que **a todos nós deve envergonhar**, cujo direito a uma vida melhor preocupa de fato **a todos nós, porque somos todos responsáveis** (*Brasil ontem...*, minuto 39:10, grifos nossos).

(7) Precisamos acelerar ainda mais o passo, para que um número cada vez menor de **brasileiros como esses** sofra as agruras da miséria, dos desníveis

<sup>16</sup> Quanto aos outros referentes, para a autora, o “Povo 1” compreende a classes médias e altas e, de modo geral, os que apoiam o regime. O 3 corresponde aos casos em que a referência se estende à totalidade dos brasileiros, e o 4 à sociedade civil organizada. Cremos que a relação de paridade que a voz enunciativa do documentário de 1975 estabelece com o “você”, e que explicamos no próximo parágrafo, aproxima o “você” do que Indursky denominou como “Povo 1”.



regionais, das endemias, da subnutrição. **Pense nisso**, como todos estamos pensando, para que **a gente nossa** não viva mais assim (*Brasil ontem...*, minuto 40:51, grifos nossos).

A diferença que estamos considerando entre os dois audiovisuais em torno do tratamento discursivo do “povo” é maior ainda quando consideramos o “principalmente pelo povo na rua” do trecho que já citamos como (5) do vídeo de 2019, posto como grande convocador da força salvadora. No documentário de 1975, quando trata sobre o “caos” prévio ao golpe, uma das afirmações é “quem sofria era **o povo, que era levado às ruas** para pedir, talvez nem ele mesmo soubesse o quê” (*Brasil ontem...*, minuto 5:19, grifo nosso); o povo como instrumento de agitadores e baderneiros. As abundantes imagens de manifestações de rua acompanham, sempre com um fundo musical que sugere perigo, a descrição da época mostrada como nefasta.

É que, embora o golpe de 1964 tenha sido, em parte, impulsionado por manifestações de rua prévias de setores da classe média, a ditadura que se iniciou naquele ano não teve o recurso a ruas como parte de seu funcionamento e relacionamento com a sociedade; pelo contrário, as manifestações e comícios foram sempre vistos como ameaça, como no próprio documentário propaganda quando brevemente se refere aos movimentos de 1968: “Badernas e arruaças voltaram às ruas, e com elas a insegurança e a intranquilidade” (minuto 13:04). Vale levar em conta também que, antes do golpe, a estratégia de mobilizar as ruas contra Congresso pelas “reformas de base” tinha sido, precisamente, do derrocado João Goulart (MOTTA, 2016, p. 95). Portanto, esse “povo na rua” do vídeo bolsonarista não se estabiliza como objeto de discurso nos mesmos domínios de memória (COURTINE, [1981] 2009, p. 112) do documentário de 1975 e dos enunciados do regime analisados, como já comentamos, por Indursky (1995). Sequer corresponde ao “você” interlocutor preferencial do documentário, aliado passivo que precisa constantemente ser chamado a lembrar. É um “povo na rua” glorificado e com papel decisivo na épica: a solução que trouxe “a luz” foi convocada “principalmente” por ele.

Desse modo, também neste aspecto, o discurso do novo vídeo pode ser vinculado com a regularização discursiva de atuais movimentos de direita no Brasil, que mostraram força em diversas manifestações de massa, sobretudo no processo do impeachment, e, em especial, dos que confluem na heterogeneidade “bolsonarista” que o vídeo interpela. Opera, assim, um novo anacronismo em relação à data “lembrada”: um 64 esvaziado

de nomes e de imagens, reduzido a um rosto relatando sobre um pano de fundo, que muda de preto para verde-amarelo. Sobre esse silenciamento, a materialidade verbal projeta a representação de um antagonismo que se assemelha muito mais ao processo que envolveu a própria chegada do bolsonarismo ao governo do que ao golpe militar de meio século atrás. Um processo em que a rua ganha centralidade para a direita e para a esquerda (LÖWY, 2016) e é cenário para a disputa sobre quem é “povo de verdade”.

## 5. “Num dia comum de hoje”. A transcendência do mediano.

Por último, trataremos sobre a estranha construção que encerra o vídeo de 2019 e que incluímos no título. Há, na curta alocução, outros deslizos que sugerem não ter sido objeto de uma revisão. No entanto, a dissonância semântica nesse adjunto temporal quase no final da fala do ator chamou não apenas nossa atenção, mas a de vários meios de comunicação, que acrescentaram um “(sic)” ao transcrevê-la. Cremos que esse ponto do intradiscurso onde o funcionamento da língua se abriu tão nitidamente ao equívoco é um lugar privilegiado para resumir nossa reflexão sobre memórias conflitantes na regularização de um discurso autoritário-militarista. Transcrevemos o trecho, grifando o ponto em questão:

(8) A bandeira verde-amarela voltou a tremular e o medo deu lugar à confiança no futuro. O Exército nos salvou. O Exército nos salvou. Não há como negar. **E tudo isso aconteceu num dia comum de hoje, um 31 de março.** Não dá para mudar a história. (grifo nosso).

A diferença entre invocação a uma lembrança e refutação que analisamos na seção 2, bem como o conjunto de anacronismos na construção das personagens da narrativa que abordamos em 3 encontram, neste trecho, uma articulação crucial. Antecedido e seguido por refutações, que atribuem um negacionismo histórico ao antagonista, emerge um verdadeiro curto-circuito temporal. O fio narrativo vem se mantendo como o de um passado pontual e aspectualmente episódico e assim é retomado pela forma “aconteceu”. Porém, essa temporalidade resulta incompatível com o que “num dia de hoje” (“comum” ou “incomum”) poderia indicar; não sem esforço interpretativo, talvez “num dia da atualidade”. Surgem, assim, três possíveis reformulações que “endireitariam” o equívoco em direção ao possível na língua:

- (a) ...num dia como o de hoje...
- (b) ... num dia como um (dia) de hoje...
- (c) ...num dia comum, como o de hoje...

A “solução” (a) apareceu na reformulação feita em uma outra divulgação para-oficial da peça. No tuíte em que postou o vídeo, o deputado federal Eduardo Bolsonaro escreveu: “Num dia **como o de hoje** o Brasil foi liberto. Obrigado militares de 64!”<sup>17</sup>.

No que efetivamente foi formulado no vídeo, o hiato temporal se suspende; o “de hoje” pode se instalar no acontecer passado, pode substituir o próprio memorável. Por sua parte, o “comum” instala outra interrogação. Como poderia ser “comum” um dia em que tudo mudou, em que “fez-se a luz”, o dia da irrupção transcendental do Exército que “nos salvou”?

Mais uma vez, precisamos recorrer a domínios discursivos, tanto verbais como imagéticos, daquilo que pode se esboçar como “bolsonarismo”, que ainda está marcando seus caminhos discursivos e requer estudo. Cremos que pode ser muito produtivo, a respeito, o diálogo da análise que aqui desenvolvemos com a bela reflexão sobre o “homem mediano” que a escritora e documentarista Eliane Brum (2019) produziu a propósito da eleição de Bolsonaro. Numa coluna publicada em *El País*, a autora propõe que, embora apele a propostas e significantes do passado, “a configuração encarnada por Bolsonaro é inédita”. Os eleitores do capitão reformado teriam buscado nessa proposta principalmente “um homem parecido com seu tio ou primo, ou com eles mesmos”. Assim, a campanha eleitoral tentou construir um Bolsonaro que “não devia parecer melhor, mais igual. Não deveria parecer excepcional, mas ‘comum’.”

Homem mediano, comum, como a própria corporalidade, os gestos e o figurino do ator no vídeo. Um dia comum, como pode ser um almoço de domingo, precedido ou seguido por um passeio de verde-amarelo, em uma política “sem políticos”, com famílias também comuns. Nesses “dias de hoje”, muito longe dos cálculos e riscos de um levante político-militar e das relações e identidades políticas de 64, é que se constitui o setor sobre o qual o bolsonarismo tenta se apoiar e que, eventualmente, pode tentar mobilizar diante das dificuldades<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> *O Globo*, 31/3/2019, disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896>>. Acesso em 19 jun. 2019, grifo nosso.

<sup>18</sup> Ainda é cedo para avaliar em que medida o governo Bolsonaro poderá ser caracterizado pelo apelo “às ruas” como estratégia de pressão. Até o momento da escrita deste artigo, já houve

---

## Considerações finais

A reflexão comparativa que realizamos sobre duas produções audiovisuais brasileiras de épocas diferentes, direcionadas ambas a uma comemoração laudatória do golpe de 1964 e do regime que ele instalou nos levou a tratar, inicialmente, sobre algumas lacunas que marcam sua presença no espaço público. Em um caso, interpretamos o apagamento, ainda não esclarecido e com indícios de adulteração, de dados que delimitam sua identidade, como sintoma de algo que o Estado preferiu deixar sob uma quase censura durante várias décadas. No outro, as afirmações e desmentidas que marcaram sua reprodução pública indicam que a pura negação do terror de Estado está longe de ser socialmente consensual. Propusemos que o “saber de conspiração” que atribuímos ao sujeito de uma regularização discursiva militarista se relaciona, também, à ausência de créditos de produção e à confusa inserção da denominação “o Exército” no dispositivo enunciativo do vídeo de 2019.

Ao contrapor, depois, a interlocução representada e os lugares de saber atribuídos aos interlocutores foi que localizamos a desestabilização nas “filiações socio-históricas de identificação” em uma memória discursiva militarista e autoritária a que nos referimos na introdução. Encontramos, primeiramente, diferenças entre um imperativo de “lembrar” e outro de “verificar / refutar” como preeminentes em cada um dos dois filmes. E a análise da sequência narrativa sobre a passagem do “caos” para a resolução salvadora foi a que nos permitiu articular a representação da interlocução com a construção dos objetos de discurso. Assim, no vídeo de 2019, que passou a ser nosso centro de atenção, observamos, em lugar da enunciação de uma ordem institucional e social recuperada, a apresentação de um instantâneo milagre, com a ordem transfigurada em luz por um “exército” puro, desprovido, como efeito de uma política do silêncio, de relações com a política institucionalizada, que esperava apenas sair do esquecimento para agir como salvador. Esse país, desenhado com claro-escuros e trechos descontínuos do Hino Nacional, aparece como platITUDE se comparado com a “diversidade” hierárquica que tecem as formações imaginárias ativadas pelo documentário de 1975. Nele se conjugava o monopólio autoritário do saber com uma visão aristocrática que distribuía legitimidade de interlocutores na desigualdade social. O “clamor de vozes conscientes” e o “você, pai de família” não eram o mesmo que os miseráveis e sofredores, que nada sabiam

---

pelo menos uma ocasião, no dia 26 de maio de 2019, em que fez essa aposta, e que os analistas políticos viram, de modo geral, nem como um sucesso nem como um fracasso.

e eram apenas um terceiro do qual se falava. Já no vídeo de 2019, só existe o “povo de verdade”, o “com(o)um de hoje”.

Quando tanto circula, no espaço público brasileiro, o termo “retrocesso”, pretendemos contribuir, com este trabalho, a questionar a percepção fatalista de ciclos que se repetem. E o fazemos mostrando precisamente como a interrogação analítica da repetição na linguagem permite observar um movimento nos sentidos que nunca pode ser o mesmo. Na formação social brasileira, no real dos conflitos nas relações de força, há, neste momento, um acontecer com muito de inédito, onde pouca coisa aparece como definida. Com a cautela que pede a aproximação do presente, esperamos que nosso trabalho tenha conseguido captar algo do movimento contraditório que acontece necessariamente em uma regularização discursiva, no caso a do autoritarismo brasileiro, quando seu espaço de interlocução se vê alterado pela diversificação da sua base social e da sua ancoragem político-institucional.

## Referências

AB’ SÁBER, T. Brasil, a ausência significativa política (uma comunicação). In: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). **O que resta da ditadura**. A exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 187-202.

BRUM, E. O homem mediano assume o poder. **El País**, 4/1/2019, s/n de página. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311\\_448043.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html)>. Acesso em 16 jun. 2019.

CARBONELLI, M. Entre los templos y las urnas. La gravitación evangélica en la vida política de Brasil. In: CARBONELLI, M. et al. **Dossier EleNão?** Las elecciones brasileñas y la coyuntura política. Buenos Aires, Centro de Estudios en Ciudadanía, Estado y Asuntos Políticos, Facultad de Ciencias Sociales – UBA, 2018, s/n de página. Disponível em:< <http://ceap.sociales.uba.ar/2018/10/16/dossier-ele-nao/>>. Acesso em 17 jun. 2019.

CHIRIO, M. **A política nos quarteis**. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COURTINE, J. **Análise do discurso político**. O discurso comunista endereçado aos cristãos. [1981]. Trad. de Cristina de Campos Velho Birk et al. São Carlos: EdUSCar, 2009.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10ª edição. São Paulo: EDUSP, 2002.

FOUCAULT, M. **L’ archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

GOLDSTEIN, A. Las raíces del bolsofascismo. In: CARBONELLI, M. et al. **Dossier EleNÃO?** Las elecciones brasileñas y la coyuntura política. Buenos Aires: Centro de Estudios en Ciudadanía, Estado y Asuntos Políticos, Facultad de Ciencias Sociales – UBA, 2018, s/n de página. Disponível em: <<http://ceap.sociales.uba.ar/2018/10/16/dossier-ele-nao/>>. Acesso em 18 jun. 2019.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2005.

INDURSKY, F. Que povo é esse? **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, ano 4, v 1, p. 101-114, 1995.

KRAUSE, K. **O Brasil de Amaral Netto, o Repórter – 1968-1985**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 61-67.

MOTTA, R. O Brasil à beira do abismo de novo. In: MATTOS, H.; BESSONE, T.; MAMIGONIAN, B. **Historiadores pela democracia**. O golpe de 2016: a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016, p. 89-100.

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes de construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v 8, n 15, p. 9-44, 2015.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, R. Governo Bolsonaro prega ‘negacionismo histórico’ sobre a ditadura. Entrevista com Marcos Napolitano. **El País**, 5/4/2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/05/politica/1554419295939718.html>>. Acesso em 12 jun. 2019.

ORLANDI, E. Maio de 68: os silêncios da memória. [1998]. In: ACHARD, Pierre, et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2010, p. 59-67.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso [1969]. Trad. de Bethânia Mariani. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997, p. 61-161.

\_\_\_\_\_. Leitura e memória: projeto de pesquisa [1982]. Trad. de Tânia Clemente de Souza. In: ORLANDI, E. (Org.). **Análise de discurso**. Michel

Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011, p. 141-150.

\_\_\_\_\_. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento [1983]. Trad. de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Papel da memória [1983] Trad. de José Horta Nunes. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007, p 49-56.

\_\_\_\_\_.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l' analyse automatique du discours. **Langages**, Paris, n 37, p. 7-80, 1975.

PINTO, E. Bolsonaro e os quartéis: a loucura com método. *Textos para discussão*, n 6. Publicação não indexada do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019, p. 2-29. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062019pinto.pdf>>. Acesso em 23 jun. 2019.

PIZZUTIELLO, A. **Documentários-propaganda das ditaduras militares do Brasil (1964-1985) e da Argentina (1976-1983)**. Uma comparação enunciativo-discursiva. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 2017.

## **Anexo**

### **Transcrição do vídeo de 2019**

ATOR / INTÉRPRETE: Se você tem a mesma idade que eu, pouco mais, pouco menos, sabe que houve um tempo em que nosso céu, de repente, não tinha mais estrelas que outros. Nem nossa vida e nossos campos e bosques mais flores e amores. Se você é jovem, já deve ter ouvido isso dos seus pais. Mas, se você quer mais detalhes, quer depoimentos, quer ter certeza de que isso é verdade, faça uma pesquisa, consulte jornais, revistas, filmes da época. Você vai ver: era, sim, um tempo de medo e ameaças. Ameaças daquilo que os comunistas faziam onde era imposto sem exceção. Prendiam e matavam seus próprios compatriotas. Havia, sim, muito medo no ar. Greve nas fabricas, insegurança em todos os lugares. Foi aí que, conclamado por jornais, rádios tevês, e principalmente pelo povo na rua (povo de verdade: pais, mães, igreja) que o Brasil lembrou que possuía um exército nacional, e apelou a ele. Foi só aí que a escuridão, graças a Deus, foi passando, passando, e fez-se a luz.

A bandeira verde-amarela voltou a tremular, e o medo deu lugar à confiança no futuro. O Exército nos salvou. O Exército nos salvou. Não há como negar. E tudo isso aconteceu num dia comum de hoje, um 31 de

março. Não dá para mudar a história.

VOZ EM OFF: O Exército não quer palmas, nem homenagens. O Exército apenas cumpriu seu papel.